

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente***MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO** — *Diretora***MARCOS SÁ CORRÊA** — *Editor***FLÁVIO PINHEIRO** — *Editor Executivo***ROBERTO POMPEU DE TOLEDO** — *Editor Executivo*

Hora da Dívida *Ext*

A dívida externa se apresenta para a economia brasileira como a questão do ovo e da galinha. Não adianta discutir qual veio primeiro, ou quem gerou o quê. O Brasil precisa ajustar o serviço da dívida à capacidade de pagamento do país, em especial do setor público, que responde por 90% do débito com os bancos. Para isso, também precisa, como todo devedor, oferecer aos bancos um quadro econômico favorável.

As circunstâncias internacionais no ano passado frustraram a primeira investida do governo Collor para solucionar o problema da dívida de forma duradoura. A alta do petróleo, gerada pela invasão do Kuwait pelo Iraque em 2 de agosto passado, funcionou como combustível perfeito para os mecanismos informais da indexação realimentarem a inflação.

O governo ainda acreditou que seria possível fechar o ano com a inflação domada e enviou ao FMI uma carta de intenção prometendo índices inflacionários médios de 7% no último trimestre do ano passado. Em função de tais índices, pensava ser possível abolir de vez a indexação de preços, ativos financeiros e salários e, assim, enquadrar a inflação. Mas o próprio governo se rendeu ao poder da cultura indexada, cristalizada nos corações e mentes brasileiros por 26 anos de correção monetária, e decidiu *betenizar* os impostos federais.

A inflação em alta equiparou a carta de intenção assinada pela ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, às sete outras assinadas nos governos Figueiredo e Sarney: todas não passaram de peças de ficção, no cotejo entre os índices prometidos e a inflação real.

Mas a parte essencial da proposta brasileira de renegociação da dívida continua de pé: a vinculação da capacidade de pagamento da dívida externa do setor público ao seu próprio superávit fiscal. Pode-se dizer que voltou à ordem do dia, depois que o chamado Plano Collor 2 aprofundou as reformas econômicas no sentido de abolir a inde-

xação e delimitar a abertura da economia brasileira ao exterior, através dos índices escalonados de redução das tarifas de importação.

Agora que as correções no plano de estabilização econômica permitiram botar em campo quase todas as peças da reforma, cabe atacar com urgência a renegociação da dívida externa, através de uma conversa franca e leal com os credores privados na mesa de negociações, e a reabertura dos canais oficiais junto ao FMI, Banco Mundial e governos credores.

A normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional é o caminho para viabilizar dois pontos vitais da reformulação da sua economia no rumo do mercado: a estabilização econômica e a prevalência do setor privado sobre o Estado como motor do crescimento. O setor privado quer investir e participar da modernização da economia, mas não encontra créditos abertos ao Brasil no exterior.

Embora a oitava economia capitalista (posição já ameaçada pela Espanha e a Coreia do Sul), o Brasil não será aceito no Primeiro Mundo enquanto tiver inflação mensal acima de dois dígitos, pois não passa de 15% a maior taxa anual entre os 24 países ricos da OCDE. Inflação alta desacredita qualquer moeda. Afasta, portanto, todo investidor estrangeiro estrategicamente interessado no Brasil, tendo em vista os recursos naturais, o potencial de seu mercado ou sua localização.

A transformação de parte da dívida em investimento de risco, no capital de empresas estrangeiras aqui radicadas, em empresas privadas, ou na privatização de estatais, injetaria recursos não inflacionários na economia brasileira. A economia como um todo dependeria mais do capital e menos do crédito. A integração da economia mundial se acelerou nos anos 80 justamente através da liberdade de fluxo de capitais pelos diversos mercados financeiros internacionais. O Brasil deve aproveitar a oportunidade para retomar as conversas com os bancos e afastar o pesadelo que há dez anos tira o sono dos brasileiros.